

ALTERNATIVA MORAL À CRISE HUMANITÁRIA: O JORNALISMO DE ALBERT CAMUS NA MÍNGUA DA VIRTUDE

Moral alternative to the humanitarian crisis: Albert Camus' journalism in the absence of virtue

Alternativa moral a la crisis humanitaria: el periodismo de Albert Camus frente al declive de la virtud

Arthur Freire Simões Pires

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre - RS, Brasil

grohsarthur@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4596-6306> 

Resumo: A série “Nem vítimas, nem carrascos”, de Albert Camus, publicada no jornal *Combat*, tornou-se item emblemático do pensamento político desse intelectual. Considerando a divergência de interpretações percebidas em seus comentaristas, objetivou-se apreender o significado desse conjunto de ensaios jornalísticos. Com o exame, percebeu-se que, em “Nem vítimas, nem carrascos”, o escritor analisa a situação política europeia, enfatizando o esvaziamento moral do continente, em face ao rescaldo da II Guerra e seus transtornos políticos. Aos olhos do autor, havia uma crise humanitária que não era combatida pelos partidos políticos dominantes e menos ainda pelas ideologias em voga; o que lhe motivou a interceder na tentativa utópica de fornecer uma nova diretriz moral para os novos tempos.

Palavras-chave: Albert Camus; Nem vítimas, nem carrascos; crise humanitária; Intelectuais públicos.

Abstract: The series “Neither Victims nor Executioners” by Albert Camus, published in the newspaper *Combat*, became an emblematic item of this intellectual’s political thought. Considering the divergence of interpretations perceived by its commentators, the aim was to understand the meaning of this set of journalistic essays. Through the examination, it was realized that, in “Neither Victims nor Executioners”, the writer analyses the European political situation, emphasizing the moral emptiness of the continent in the aftermath of World War II and its turmoil. In the author’s eyes, there was a humanitarian crisis that was not being combated by the dominant political parties and even less by the ideologies in vogue; which motivated him to intercede in the utopian attempt to provide a new moral guideline for the new times.

Keywords: Albert Camus; Neither Victims nor Executioners; humanitarian crisis. Public intellectuals.

Resumen: La serie de ensayos de Albert Camus, “Ni víctimas, ni verdugos”, publicada en el periódico *Combat*, se convirtió en un elemento emblemático del pensamiento político de este intelectual. Dada la diversidad de

interpretaciones entre sus comentaristas, el objetivo era comprender el significado de esta colección de ensayos periodísticos. Tras su análisis, se observó que, en «Ni víctimas ni verdugos», el autor analiza la situación política europea, haciendo hincapié en el vacío moral del continente tras la Segunda Guerra Mundial y sus convulsiones políticas. En opinión del autor, existía una crisis humanitaria que no era combatida por los partidos políticos dominantes, y mucho menos por las ideologías imperantes; esto lo motivó a intervenir en el intento utópico de ofrecer una nueva guía moral para los nuevos tiempos.

Palabras-clave: Albert Camus; Ni víctimas, ni verdugos; crisis humanitaria; Intelectuales públicos.

Introdução

O jornalismo de Albert Camus (1913-1960) aparenta ainda ser um caminho pouco explorado pelos pesquisadores das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. A afirmação não se refere somente à discussão sobre a participação do autor no contexto em que estava inserido; mas, sobretudo, à investigação a respeito do pensamento desse publicista, cuja fortuna se encontra também fora de seus ensaios filosóficos e de sua literatura. Percebe-se que constam em seus escritos jornalísticos outras articulações de suas ideias, exercendo papel de intelectual público. Afinal, além do trabalho como dramaturgo, ensaísta e literato, Camus atuou também como jornalista — primeiro, como repórter, e, anos mais tarde, como articulista e editorialista — além de realizar conferências e discursos em diferentes países dos continentes americano e europeu.

Deseja-se investigar nesse estudo a série de ensaios jornalísticos “Nem vítimas, nem carrascos” [*Ni victims, ni bourreaux*], publicada em 1946, no jornal *Combat*, por conta da relevância que essa possui para os biógrafos e comentaristas do autor em questão (González, 1983; Lottman, 1994; Todd, 1998). Essa foi a única contribuição do autor à publicação naquele ano, supostamente para ajudar nas vendas do periódico (que enfrentava uma crescente recessão). Entretanto, foi, posteriormente, replicada em outra publicação francesa, *Caliban*, no ano seguinte. O “status especial” do conjunto de ensaios se vê, por exemplo, em sua reprodução em um segundo periódico e, além disso, como volume em separado, publicado postumamente nos Estados Unidos (Camus, 2008; Lévi-Valensi, 2007, p. 255)¹.

Informa-se antecipadamente que o título da série se deve pelo fato de Camus entender que, naquele momento, os países europeus estavam fadados à encruzilhada de serem vítimas ou carrascos entre e de si próprios, em virtude da herança deixada pela II Guerra Mundial e as ideologias reinantes. Por isso, segundo Lévi-Valensi (2007, p. 257), “Camus, aqui, procura uma saída política e moral ao que parecia ser o fim derradeiro da

¹ Todas as traduções são de responsabilidade do autor.

história”. Podendo-se depreender, da mesma maneira, que há rejeição por parte do autor, no que concerne às condições de seu binômio. Com efeito, “Camus não deixa dúvidas em relação a quem ele enxerga como carrascos e seus defensores. As vítimas, por outro lado, são demais para serem contadas ou nomeadas”, conforme Meagher (2021, p. 158).

O historiador estadunidense Ronald Aronson, em contrapartida, entende que a origem de “Nem vítimas, nem carrascos” não é a intervenção, através de uma espécie de jornalismo moralista, no debate público. Na verdade, o autor associa a publicação da série a uma forma de resposta, da parte de Camus, aos comunistas franceses do pós-II Guerra. De acordo com esse pesquisador, tratar-se-ia de uma espécie de “retribuição” (Aronson, 2011, s. p.). Seria, então, nesse conjunto de ensaios que Camus “se declara[ria] um socialista, mas não um marxista”, exatamente por rejeitar “a aceitação marxista da revolução violenta e a máxima consequencialista de que ‘os fins justificam os meios’” (Aronson, 2011, s. p.; interpolação do autor).

A percepção de Aronson vai na contramão do que o próprio Camus escreveu em *O homem revoltado*, quando se posiciona contrário à ideia de socialismo. Ele entendia que um estado socialista tende a manutenção da submissão da coletividade aos interesses do partido, sob a premissa da justiça social. Ele chegou a escrever que “Marx reintroduziu no mundo descristianizado o crime e o castigo, mas apenas diante da história”, sendo assim, “o marxismo, sob um de seus aspectos, é uma doutrina de culpabilidade quanto ao homem e de inocência quanto à história” (Camus, 2019, p. 313). Portanto, “longe do poder, sua tradução histórica era a violência revolucionária; no auge do poder, ela ameaçava tornar-se violência legal, isto é, o terror e o julgamento” (Camus, 2019, p. 313). Entende, além disso, que “o juízo da história deve ser pronunciado imediatamente, pois a culpa coincide com o malogro e o castigo. A história julgou Bukharin porque ela o fez morrer. Ela proclama a inocência de Stalin: ele está no auge do poder” (Camus, 2019, p. 313).

A interpretação de Aronson, ademais, parece contrastar com a leitura, também, de outros estudiosos do autor, como o caso de Meagher. Segundo esse último, “Camus entendia o stalinismo, tal qual o nazismo, como um regime totalitário notório pela sua matança sistemática e burocrática” (Meagher, 2021, p. 156). A visão desse autor, pode-se afirmar, converge com os excertos de *O homem revoltado* presentes no parágrafo anterior. Malgrado a confrontação é apresentada de maneira breve e, portanto, insuficiente para emitir um juízo adequado, serve, todavia, para alertar ao leitor sobre as percepções discrepantes que gravitam em torno do posicionamento político camusiano.

Como se nota, não há, expresso de outra forma, consenso em relação ao que Camus desenvolveu com “Nem vítimas, nem carrascos”; tampouco o que isso representa para o pensamento desse sujeito histórico. Os diferentes estudiosos, todavia, parecem concordar com o entendimento de que está contido na série um fragmento importante de sua visão política, que se articula, sobretudo, com o ensaio filosófico *O homem revoltado*, o qual marca o ponto de virada entre o auge e o declínio desse autor na vida pública francesa. Por conta disso, nas páginas que seguem, o trabalho se dedicará a (1) apresentar um esboço da cronologia, do perfil intelectual e de seu status público, para apresentar, depois, (2) um breve contexto do que era debatido na França de 1946. Somente então, (3) realizar-se-á a interpretação do conjunto de ensaios em pauta².

Trajetória, perfil e reputação pública

Albert Camus foi uma importante personalidade do século XX, sobretudo no contexto francês dos últimos anos da II Guerra Mundial e nos que a sucederam. Consagrado pelo Prêmio Nobel de Literatura de 1957, além de literato, foi dramaturgo, ensaísta e jornalista. Descendente de europeus que migraram para a Argélia, foi homem de imprensa antes mesmo de ser escritor. Diga-se de passagem, de suas ocupações, o jornalismo, em larga medida, parece ocupar menos espaço para aqueles que estudam sua obra, bem como do conhecimento geral — sobretudo, no Brasil.

Foi através da profissão periodística que Camus se notabilizou, primeiro, regionalmente, como repórter (ainda na Argélia), atuando no *Alger Républicain* e, depois, no *Le Soir Républicain* — folhas de esquerda, não comunistas. Forçado a se exilar em virtude das críticas do jornal ao governo colonial, teve, anos depois, uma breve passagem pelo semanário *Paris-Soir* antes de chegar ao *Combat* (órgão de imprensa do movimento de resistência homônimo e, no momento do convite, clandestino) como redator-chefe. Nesse último, alcançou seu auge na vida pública francesa, permanecendo na publicação quase três anos.

Seu último estágio no jornalismo foi no semanário *L'Express*, quando objetivou se manifestar sobre o conflito de independência argelino e a corrida eleitoral ao posto de primeiro-ministro da França. Durante esse período de afastamento da imprensa, priorizou

² Serão analisados os seguintes textos: (1) “O século do medo”, (2) “Salvar os corpos”, (3) “O socialismo mistificado”, (4) “A revolução disfarçada”, (5) “Democracia e ditadura internacionais”, (6) “O mundo vai rápido”, (7) “Um novo contrato social” e (8) “Rumo ao diálogo”.

o teatro e a literatura, lançando, por exemplo, a coletânea de ensaios *O verão* [*L'Été*, 1954] e, mais importante, sua obra mais polêmica, *O homem revoltado* [*L'homme revolte*, 1951].

Entende-se que Camus esteve na rabeira da tradição francesa de jornalismo, ou seja, aquela que privilegia o articulismo, em comparação ao noticiário (Neveu, 2006). Segundo Rüdiger (2023, p. 33), trata-se de um pensador que, “tendo extraído sua filosofia de vida dos moralistas clássicos, ele vinculou a paixão com que se entregou às atividades jornalísticas, durante uns poucos anos, à tradição do publicismo humanista e liberal”. Logo, a prática jornalística do autor era caracterizada pela “concepção segundo a qual a atividade publicística por meio da imprensa possui um sentido doutrinário, constituindo uma forma de interferir e, em meio ao contexto de disputa ideológica, guiar ou orientar a opinião pública” (Rüdiger, 2017, p. 13). Em outras palavras, os grandes nomes do jornalismo estavam nas páginas de opinião, lançando argumentos em direção ao debate público com o propósito de influenciar os rumos da sociedade, bem como orientar o público — e, dentre eles, Camus esteve presente.

Isso posto, importa lembrar que, dentre os eventos relevantes de sua cronologia no jornalismo, houve a ruptura entre Camus e Sartre (a qual marcou o declínio do primeiro na vida pública francesa). Falando genericamente, a desavença se originou da discussão sobre o último ensaio filosófico de Camus, em especial, pelo teor de suas críticas ao stalinismo e aos intelectuais franceses da época. A acusação de que havia certa convivência com a violência como política de Estado em nome da eficácia política não foi bem recebida e, derrotado moralmente, o caso foi um marco na perda de prestígio público de Camus, ficando relativamente à margem da *intelligentsia* da época (Judt, 2014; Lottman, 2009).

Passou a se dedicar mais ao teatro, apesar de continuar atuando como literato, e somente retornou aos holofotes, com maior ênfase, quando recebeu a láurea do Prêmio Nobel de Literatura, em 1957. Veio a óbito menos de três anos depois, em decorrência de sua precoce morte, fruto de um acidente de carro.

A interpretação de Camus, bem como qualquer outro agente histórico, não deve ser descolada das circunstâncias políticas que moldavam o debate público de seu contexto. Assim sendo, na próxima seção, será feito um esforço da conjuntura em questão, que, via de regra, ainda se via atrelada ao rescaldo da II Guerra.

Conjuntura da discussão pública

Ainda que exista um interesse particularmente acentuado nos intelectuais de esquerda, os jornais e as revistas da direita eram hegemônicos no que concerne às tiragens

(Dosse, 2021, Lottman, 2009; Winock, 2000). Mesmo nos anos em que a esquerda teve sucessos eleitorais, esse campo político não conseguia alcançar a estabilidade que o campo opositor, *grosso modo*, possuía. Ainda assim, os grandes nomes daquela geração se encontravam no campo à esquerda, como André Gide e André Malraux, e não se deve subestimar ou supor que por serem escritores não tivessem um profundo envolvimento político. O engajamento de sujeitos como eles, nesse momento, era caracterizado pela oposição ao imperialismo ocidental e da afeição ao regime soviético como alternativa ao capitalismo.

No entanto, por ocasião da invasão da Alemanha hitlerista à França — a qual instaurou uma divisão do território entre região ocupada e o estado fantoche (a França de Vichy, que era obediente às ordens do regime do III Reich) — houve uma troca geracional, em decorrência de um êxodo generalizado da *intelligentsia* parisiense. Nomes como os supracitados foram parcialmente substituídos pela leva encabeçada por, dentre outros, Raymond Aron, Maurice Merleau-Ponty, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, afora o próprio Camus.

Desse cenário, alguns dos nomes que emergiram rumo a um certo protagonismo eram oriundos de movimentos de resistência. Essas organizações, todavia, não eram homogêneas; quer dizer, tal qual qualquer movimento político, haviam aquelas que eram comunistas e socialistas pró União Soviética (URSS), trotskystas, gaullistas e as de esquerda que não constavam no espectro marxista-leninista (como era o caso do *Combat*). O resultado, após a saída dos alemães do território francês, foi uma reorganização do xadrez político da França, no qual as divisões partidárias aparentavam estar mais consolidadas — e que a direita parecia estar em remissão, e alguns dos membros da extrema-direita haviam sido executados pelo colaboracionismo com a Alemanha nazista.

No campo político-eleitoral, o mito da Resistência ganhou força, verifica-se que “a não ser, em certa medida, na própria Alemanha, a legitimidade dos regimes e governos do pós-guerra se baseou em sua folha de serviço na Resistência” (Hobsbawm, 1995, p. 165). A adesão à ideia de combater o nazifascismo se tornou mais popular somente a partir de 1944; antes, porém, tratava-se de uma operação escassa em recursos e segmentada. “A França é o caso extremo, porque ali faltava ao governo após a Liberação qualquer continuidade com o governo francês de 1940, que fizera a paz e cooperara com os alemães”, sustenta o historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 165; interpolação do autor), “e porque a resistência organizada, para não falar da armada, fora um tanto fraca”, além de “o apoio popular [ter sido]era precário”.

A figura de Charles de Gaulle (1890-1970) ganhou protagonismo nesse período e procura, após a retomada do país, incentivar esse mito cívico e moral em torno à história da França, com a ideia de que “a França eterna jamais aceitaria a derrota” (Hobsbawm, 1995, p. 165). Na vida política, contudo, essas questões tinham pouco a contribuir. Em síntese, “na França, o ‘espírito da resistência’ é coisa do passado, as relações com os comunistas estão cercadas com conflito e as diferenças partidárias se tornavam virulentas. [Winston] Churchill havia acabado de utilizar a expressão ‘cortina de ferro’ para descrever a barreira entre União Soviética e o Ocidente” (Lévi-Valensi, 2007, p. 257; interpolação do autor). Quer dizer, enquanto a França vivia um momento delicado de transição, em meio a um cenário de disputa política sem estabilidade política, as relações internacionais mudavam com alguma velocidade — e era necessário que se acompanhasse o rumo que a política internacional tomava.

Isso posto, em certo sentido o que se discutia internamente era o projeto que seria tomado pela França nesse novo estágio da história europeia. As contradições do projeto soviético (como, por exemplo, anexações e fuzilamentos) causavam um afastamento dos outros setores, enquanto existia um descontentamento com o *status quo* francês em relação ao período da II Guerra, por conta da crise cívica e moral que o país viveu durante toda a invasão. Os ideários defendidos possuíam um discurso específico — seja ele de justiça social, de patriotismo etc. — e não se limitavam em disputar a opinião pública, mas também procuravam influenciar a nova Constituição, lançada em 1946, a qual, dentre as medidas, “reconheceu o direito à assistência social” (Price, 2016, p. 358). Sem esquecer que entre 1944 e 1949 o governo francês tentava recobrar sua estabilidade econômica. Somente no último ano mencionado que os setores econômicos tiveram os níveis de atividade anteriores à II Guerra restaurados.

Portanto, o momento em que Camus publicou a série “Nem vítimas, nem carrascos” era um período de muitos debates “domésticos” e confrontos na vida pública francesa, ao mesmo tempo em que as peças do xadrez político se movimentavam em um compasso diferente do andamento da própria França. Havia muito em disputa e, em meio ao turbilhão de acontecimentos, os quais não se restringiam a um campo, afetavam o futuro do país em suas diferentes frentes, assim como, sua imprensa.

Camus entre vítimas e carrascos

A divisão que separa as pessoas entre vítimas e carrascos não é ocasional na obra camusiana; faz parte do léxico do autor por compreender que é a síntese do curso da

história, sobretudo no século XX. Conforme Camus (2023, p. 40), essa crise se manifestava “porque em nosso mundo a morte ou a tortura de um ser humano pode ser contemplada com um sentimento de indiferença ou de interesse amistoso, ou de experimentação, ou de simples passividade”, em que “a dor humana é aceita como um serviço de algo tedioso”. Assim como outros “sintomas”, esses formavam o quadro de uma Europa acometida pela “praga política” que se espalhou pelo continente. Tudo isso resultava em um “culto à eficiência e à abstração”, de acordo o autor (Camus, 2023, p. 43). Assim, ainda segundo o autor, “como já não é protegido por um respeito humano baseado em seus valores, a única alternativa que se lhe oferece agora é ser vítima ou carrasco” (Camus, 2023, p. 43).

Camus caracterizou o século XX em parte pelo medo instaurado pela guerra e em parte pela burocracia, que, por sua vez, substituiu o diálogo e a persuasão humanos pela eficácia. Entendia, assim, que era vivido um período cujo terror excederia o campo da beligerância e se instaurou também no psicológico: tratar-se-ia de “um mundo no qual o assassinato é legitimado e onde a vida humana é considerada fútil” (Camus, 2007b, p. 259). Sua concepção de “medo”, portanto, abarca um mecanismo de coerção do pensamento, ou seja, um estado psicológico coletivo de inércia e coerção, acima de tudo que, por seu turno, tratar-se-ia de “o problema político primordial” daquele período (Camus, 2007b, p. 259).

Isso não ocorria somente em virtude dos fatores externos dos regimes europeus, senão também pelo processo de banalização do assassinato em nome da eficácia política, em especial, com relação ao regime soviético. Camus acreditava que, em virtude dessa mentalidade como orientação de políticas estatais, fragilizou-se as relações humanas e se estabeleceu a indiferença a outrem como lugar-comum. O assassinato cujos fins seriam supostamente políticos ou utópicos passaria a ser aceitável, por isso,

a este respeito, parece que pode-se dizer o seguinte: utopia é aquilo que está em contradição com a realidade. Deste ponto de vista, seria completamente utópico querer que ninguém matasse mais ninguém. É uma utopia absoluta. Mas é uma utopia, num grau muito mais fraco, exigir que o assassinato não seja mais legitimado. Além disso, as ideologias marxista e capitalista, ambas baseadas na ideia de progresso, ambas convencidas de que a aplicação dos seus princípios deve inevitavelmente trazer o equilíbrio da sociedade, são utopias de um grau muito mais profundo. Além disso, estão nos custando muito dinheiro. [...]. Vê-se, portanto, que recusar a legitimação do homicídio não é mais utópico do que as atitudes realistas de hoje. A questão toda é se eles custam mais ou menos. Este é um problema que também se tem de resolver e, por isso, posso me desculpar por pensar que se pode ser útil definindo, em relação à utopia, as condições necessárias para pacificar mentes e nações. Esta reflexão, desde que feita sem medo ou pretensão, pode ajudar a criar as condições para um

pensamento justo e um acordo provisório entre homens que não querem ser nem vítimas, nem carrascos (Camus, 2007c, p. 261)

Desde já, nota-se que Camus se distancia dos grandes polos políticos procurando chamar atenção a partir de um ponto de vista humanitário. Segundo o próprio, “seria fácil demais acusar apenas Hitler e dizer que, morta a besta, desapareceu o veneno”, esse ainda estaria presente “na maneira como as nações, os partidos e os indivíduos ainda se olham com um resto de cólera” (Camus, 2023, p. 40), ou seja, aos seus olhos, o fim da guerra não encerrou os problemas que levaram o continente ao prélio.

Isso posto, entende-se que o tom da série de ensaios, por conseguinte, é de traço moralista. Em outras palavras, faz-se possível afirmar que Camus se opôs simultaneamente ao capitalismo ocidental e ao regime soviético por crer que, dada a conjuntura da II Guerra Mundial em diante, apresentavam a completa ausência moral, em nome, portanto, da eficácia de projetos ideológicos e nacionais. Em outras palavras, o sacrifício e a execução de vidas com o propósito arrivista depõe, para o autor, a falência moral da política internacional.

Em particular, o socialismo — cuja reputação sofria seus primeiros abalos mais significativos — aparece na série de textos por se assentar, sob a análise de Camus, em uma contradição. Segundo o autor, “se se admite que o estado de terror, confessado ou não, em que vivemos há dez anos, ainda não cessou, e que é ainda hoje responsável pela maior parte do mal-estar em que vivem as mentes das pessoas e das nações”, logo, continua a sustentar, “ver-se-á o que se pode fazer para se opor ao terror. Isso coloca o problema do socialismo ocidental” (Camus, 2007d, p. 262). “Porque”, ainda segundo o autor, “o terror só pode ser legitimado se admitirmos o princípio: ‘o fim justifica os meios’”, sendo assim, a eficácia se torna protagonista, ou “objetivo absoluto”, acima dos próprios valores que, em tese, fundamentam as atividades políticas (Camus, 2007d, p. 262). Sendo, então, uma versão mistificada desse próprio socialismo.

O aspecto central cuja crítica de Camus orbitava era a lógica de que *os fins justificam os meios*. Apesar de não ser tomada como mote de Estado, em seu entendimento, o comunismo de orientação marxista objetivava resolver a herança maldita da história ao mesmo tempo que procurava evitar sua estagnação (Camus, 2019). Isso, portanto, seria feito somente se a luta de classes fosse permanente. Em seu texto, o autor sugere que a moralidade defendida pelos socialistas é, na prática, hipócrita, na medida em que “comunistas estão razoavelmente justificados em usar mentiras e violência que os socialistas não querem, e estão justificados em fazê-lo pelos próprios princípios e pela

dialética irrefutável que os socialistas, no entanto, desejam preservar” (Camus, 2007d, p. 263).

A discussão sobre socialismo marxista e comunismo ganha a atenção de Camus especialmente por, em seu âmago, relacionar-se com a ideia de revolução. “Idealmente, a revolução é uma mudança nas instituições políticas e econômicas que provavelmente trará mais liberdade e justiça ao mundo”, afirma o autor (Camus, 2007e, p. 264); todavia, na prática, entende que se define por ser “o conjunto de acontecimentos históricos muitas vezes infelizes que provoca esta mudança feliz”. Esse ideal de revolução, aos seus olhos, era impraticável, senão ilusória; ao ponto de dizer que “1789 e 1917 ainda são datas, mas não mais exemplos” (Camus, 2007e, p. 265). Para Camus, o estágio em que a humanidade se encontrava impossibilitava que esse pensamento utópico tivesse alguma praticabilidade, em virtude da evolução bélica e da organização dos Estados:

Supondo que essa tomada de poder seja, no entanto, possível, que seja levada a cabo em todos os casos pelas armas ou pela lei, só seria eficaz se a França (ou a Itália ou a Checoslováquia) pudesse ser colocada entre parênteses e isolada do mundo. Porque, no nosso contexto histórico, em 1946, uma modificação no regime de propriedade implicaria, por exemplo, repercussões tais nos créditos americanos que a nossa economia ficaria ameaçada de morte. Uma revolução de direita não teria mais hipóteses devido à hipoteca paralela que a Rússia cria para nós por milhões de eleitores comunistas e à sua situação como a maior potência continental. [...]. A verdade pela qual peço desculpa por escrever em linguagem simples, quando todos o sabem sem o dizer, é que não somos livres, como franceses, para sermos revolucionários. Ou pelo menos já não podemos ser revolucionários solitários, porque no mundo de hoje não existem mais políticas conservadoras ou socialistas que possam ser implementadas apenas em nível nacional. Assim, nós não podemos falar de uma revolução internacional. Exatamente, a revolução se fará em escala internacional, ou não ocorrerá. Não obstante, qual é, ainda, o sentido dessa expressão significa? Houve um tempo em que se pensava que a reforma internacional seria feita pela conjunção ou sincronização de várias revoluções nacionais; uma espécie de adição de milagres. Hoje, e se a nossa análise anterior é justa, só podemos pensar na extensão de uma revolução que já foi bem-sucedida. Isso é algo que Stalin viu muito bem e é a explicação mais benevolente que se pode dar para sua política (a outra é negar à Rússia o direito de falar em nome da revolução). (Camus, 2007e, p. 265).

Portanto, pode-se afirmar que o escritor defende que deve-se substituir a noção de *revolução* pela ideia de *guerra ideológica*; pois, mesmo que sucedesse na Europa Ocidental, deve-se recordar que a “força conservadora (neste caso, os Estados Unidos)”, estava melhor equipada (no sentido militar) do que os principais países europeus. Significa dizer, então, que à luz do pensamento camusiano, uma *revolução* tenderia ou resultaria em uma III Guerra Mundial. Iniciaria, ademais, com (1) a ocupação militar de

territórios ou (2) por chantagem de ocupação. Sua crítica à ideia de revolução, como percebido, dá-se sobretudo no que concerne o custo humano que é próprio desse tipo de embate, ou seja, tratar-se-ia de demagogia ou inconsequência. Todavia, abdicar do ideal que essa visão revolucionária defende, tampouco soluciona o nó que a política internacional se encontrava e, em caso de rejeição, “deve-se declarar partidário do *status quo*, que é a utopia total, na medida em que supõe a imobilização da história, ou renovar o conteúdo da palavra ‘revolução’, que apresenta consentimento ao que chamarei de utopia relativa” (Camus, 2007e, p. 266; grifo no original). Em suma, havia uma dicotomia, conforme a visão do autor, entre as pessoas que propositavam alterar o rumo da história, consistindo, dessa forma, entre (1) “o sonho impossível de uma história interrompida de repente” e, depois, (2) “a aceitação de uma utopia relativa que deixa uma chance tanto para a ação quanto para os homens” (Camus, 2007e, 266).

A tensão que Camus descreve o clima no continente europeu não se limita aos quadros militares; com efeito, estende-se à política, em sua generalidade. No ensaio “Democracia e ditadura internacionais”, Camus (2007f, p. 267) cunha o termo “nova ordem mundial”, cuja principal característica seria a reorganização do xadrez da política internacional, no qual EUA e URSS sobressaíam às demais nações. Essa conjuntura, conforme o autor, impossibilita a execução de uma revolução, na medida em que isso enfraqueceria um lado e, por conseguinte, favoreceria o outro; ou seja, uma revolução somente seria possível em um mundo unificado. Em contrapartida, essa possibilidade existiria apenas se uma nação se impusesse sobre as demais. Em outros termos, retornar-se-ia à encruzilhada primordial de os fins justificarem os meios e, “nesse caso, estraçalhariam os fins”, pois “os meios para esse fim representam um risco tão conclusivo, tão desproporcionado à possibilidade de sucesso, que objetivamente recusa-se a corrê-lo” (Camus, 2007f, p. 268).

A utopia relativa de Camus

A aproximação de todos os partidos na busca dessa reordenação coletiva, em perspectiva global, poderia desencadear o que ele chamou de “democracia internacional”, isto é, uma forma de sociedade que superaria as personalidades e independeria das instituições locais de poder — a depender, como a própria expressão sugere, de um pacto entre os países. Sua proposta consiste, em síntese, em um rearranjo alternativo e muito mais profundo do que uma assembleia de negociação entre líderes de nações. Na realidade, tratar-se-ia basicamente de um parlamento de grande escala, o qual, em tese,

zelaria por essa democracia. A proposta não deve ser interpretada aleatoriamente, pois Camus a escrevia enquanto a Organização das Nações Unidas tinha seus primeiros anos de vida. Portanto, requer que se interprete suas ressalvas quando ele diz que “estão elaborando uma legislação internacional”, malgrado essa seja “feita e desfeita por governos” e que, por isso, tratar-se-ia de um “regime de ditadura internacional” (Camus, 2007f, p. 268). Aos seus olhos, “a única saída é colocar a legislação internacional acima dos governos”, cujo parlamento seria também eleito através de sufrágio global (Camus, 2007f, p. 268).

A apreensão do autor não se trata de alarmismo despropositado. Deve-se ter em mente que, em 1946, fazia pouco que os regimes nazifascistas haviam sido derrotados. Então, o receio de um golpe e a implementação de um regime totalitário pertence àquele período. Isso, inclusive, ainda mais para um alguém que vivenciou a França de Vichy e a invasão alemã. Quando Camus aborda o estágio da história em que estava inserido, ele busca, em especial, ela se encontra, cada vez mais, em aceleração, o que reforça o aspecto globalizante.

A ideia que ele parece partilhar de “história” é menos a de cronologia e mais a totalidade da experiência humana, abarcando, por exemplo, a direção para qual a humanidade caminha e sua relação com o próprio passado. Dessa maneira, a “revolução é a inserção da ideia na experiência histórica” (Camus, 2019, p. 146), isto é, a intervenção humana na própria história; o que resulta na seguinte conclusão: “não houve revolução na história. Só pode haver uma, que seria a revolução definitiva”. Do contrário, tratar-se-ia da experiência histórica em si mesma.

O exposto permite afirmar que os ensaios em questão não apresentam a orientação política do autor, particularmente; mas, com efeito, um posicionamento seu em relação à conjuntura política europeia da época. Tendo em vista, então, seu dissenso no que concerne as vias ideológico-partidárias disponíveis, Camus propõe o que chama de “utopia relativa”. A proposta, pelo lado utópico, sugere que a humanidade — evitando a tragédia da guerra — trilhe o caminho do pacifismo orientado por uma moral universal. Em compensação, o aspecto relativo contradiz essa utopia, considerando-a possível, consequentemente.

Assim, a falência das ideologias hegemônicas seria solucionada somente com um novo tratado moral, do contrário restaria o paradigma que dá nome ao conjunto de textos: vítimas e carrascos. À luz de sua análise, a situação política necessitava de uma readequação, primeiro, das nações, e, depois, das civilizações, como forma de brear os

imperialismos (e os nacionalismos) que, ainda segundo o autor, inevitavelmente levariam a novos confrontos e, em última instância, a uma nova etapa de conquistas e destruição. Veja-se que, não por acaso, essa dicotomia é evocada repetidamente, equilibrando-se pela contradição entre a utopia e o confronto armado — o que simboliza a beligerância que caracterizava aquele período.

Os sistemas políticos de hoje procuram estabelecer o futuro do mundo empregando princípios moldados no século XVIII, no caso do liberalismo capitalista, e no século XIX, no caso do, assim chamado, socialismo científico. No primeiro caso, um pensamento nascido nos primeiros anos do industrialismo moderno e, no segundo caso, uma doutrina contemporânea do evolucionismo darwinista e do otimismo renano se propõe equacionar a época da bomba atômica, das mudanças bruscas e do niilismo. Nada ilustra melhor o desastroso desfasamento entre o pensamento político e a realidade histórica. [...]. Centramos hoje as nossas reflexões em torno do problema alemão, que é um problema secundário em relação ao choque de impérios que nos ameaça. Mas se, amanhã, concebêssemos soluções internacionais em função do problema russo-americano, correríamos o risco de nos ver de novo ultrapassados. O choque de impérios está já em vias de se tornar secundário em relação ao choque das civilizações. De todos os lados, com efeito, as civilizações colonizadas fazem ouvir a sua voz. Daqui a dez anos, daqui a cinquenta anos, será posta em causa a preeminência da civilização ocidental. Portanto, é melhor pensar nisso imediatamente e abrir o Parlamento Mundial a essas civilizações, para que sua lei se torne verdadeiramente universal e, universal, a ordem que ela consagra. [...]. Do mesmo modo, se tivermos sempre presente esta aceleração do mundo, correremos o risco de encontrar a forma correta de colocar o problema econômico de hoje. Em 1930, o problema do socialismo já não era encarado como se fazia em 1848. À abolição da propriedade sucedeu a técnica da colocação em comum dos meios de produção. Com efeito, esta técnica, para além de resolver simultaneamente o destino da propriedade, tinha em conta a escala alargada em que se colocava o problema econômico. Mas, desde 1930, essa escala aumentou ainda mais e, tal como a solução política será internacional ou não será, também a solução econômica deve visar em primeiro lugar os meios de produção internacionais: petróleo, carvão e urânio. Se houver coletivização, ela deve incidir sobre os recursos indispensáveis a todos e que, com efeito, não devem ser de ninguém. O resto, todo o resto, é discurso eleitoral (Camus, 2007g, p. 269).

Camus flerta com aspectos caros ao pensamento socialista, ainda que continue, porém, distante do que o próprio autor tenta negar, isto é, ser vítima ou carrasco. Ele determina seu distanciamento dos projetos em voga por afirmar que “estas perspectivas são utópicas aos olhos de alguns, mas para todos aqueles que se recusam em aceitar a oportunidade de uma guerra, é este conjunto de princípios que convém afirmar e defender sem qualquer reserva” (Camus, 2007, p. 270). Na prática, para além de uma grande assembleia global, o “novo contrato social” pretendido por ele suscita também uma

reorganização da sociedade, como um todo, o qual requer, antes de mais nada, uma grande articulação pela pacificação do mundo.

“A única esperança” para a superação da condição coletiva a qual a humanidade estava submetida “reside na maior pena”, ou seja, “a que consiste em retomar as coisas ao seu início para reconstruir uma sociedade viva no interior de uma sociedade condenada” (Camus, 2007h, p. 272). Essa alternativa, ainda conforme ele, é a única forma de combater os problemas da época. Julgava, assim, que “não se pode curar a peste com os meios usados para resfriados. Uma crise que está a destruir o mundo inteiro deve ser resolvida à escala universal” (2007h, p. 272). A estratégia consistiria em formar grupos de estudo com interlocução com os diferentes grupos de trabalhadores a fim de difundir essa nova moral, além de participarem ativamente na elaboração de “código internacional de justiça cujo primeiro artigo aboliria a pena de morte em todo lugar”, tal qual “uma declaração clara dos princípios necessários para qualquer civilização baseada no diálogo” (Camus, 2007h, p. 273).

Convém destacar que, malgrado sua formulação se ampare em um tratado de solidariedade e responsabilidade coletivo, em determinada medida, o autor também trata daqueles que, diferentemente dele, não compartilham dessa visão de mundo. Entretanto, dá conta da contradição que reside no âmago do arrivismo político:

Para falar mais concretamente, digamos que os homens que decidiriam opor, em todas as circunstâncias, o exemplo ao poder, a pregação à dominação, o diálogo ao insulto e a simples honra ao ardil; que recusariam todas as vantagens da sociedade atual e aceitariam apenas os deveres e responsabilidades que os vinculam a outros homens; que se dedicassem a orientar a educação acima de tudo, depois a imprensa e a opinião, seguindo os princípios de conduta até agora discutidos, estes homens não agiriam no sentido da utopia, isso é óbvio, mas segundo o mais honesto realismo. [...]. Se esses homens vão se levantar ou não vão se levantar, não sei. É provável que a maioria deles esteja pensando agora, e isso é bom. Mas é certo que a eficácia da sua ação não se separará da coragem com que aceitarão renunciar, para já, a alguns dos seus sonhos, para se apegarem apenas ao essencial que é o salvamento das vidas. E quando chegar aqui, talvez seja necessário, antes de terminar, levantar a voz (Camus, 2007h, p. 273).

Em conclusão, esse escritor procura suplantar a reverência à eficácia por valores humanísticos; sem esquecer, todavia, “que não podemos escapar à história, pois estamos mergulhados até ao pescoço, mas podemos pretender lutar na história para preservar da história esta parte do homem que não lhe pertence” (Camus, 2007i, p. 275). Havia em

Camus uma preocupação vultosa com o entendimento de que os interesses nacionais e particulares devem ser compreendidos como menores que o futuro da própria humanidade. Algo que, até aquele momento, parecia ser insignificante às massas e às grandes nações. Para esse intelectual, era necessário alterar o sentido para o qual o mundo caminhava, sob pena de “os sobreviventes desta experiência não ter[em] sequer a força para testemunhar a sua própria agonia” (Camus, 2007i, p. 275; interpolação do autor). Como o completo estacionamento da história é impossível, haveria que se lidar com o custo das escolhas que conduziram a humanidade até a sua presente decadência

Conclusão

Camus decerto publicizou sua leitura política da situação da Europa no período posterior à II Guerra Mundial em “Nem vítimas, nem carrascos”, sem, contudo, ter feito da série de artigos um escrutínio de sua visão política em particular. Não obstante, é possível inferir que há elementos suficientes para que seja feita uma leitura — malgrado superficial — do que esse autor defendia. Para isso, primeiro, há que se levar em conta a historicidade de sua publicação: ainda que parecia ser o ocaso dos nazifascismos, existia o medo de seu recrudescimento e, outrossim, haviam iniciativas na política internacional que davam seus primeiros passos, como a própria ONU e seu Conselho de Segurança. As características turbulentas relativas aos tempos de guerra devem ser orientadoras dos receios apresentados e, por isso, eventuais receios não devem ser interpretados como atitudes cabotinas.

Ato contínuo, fica evidente que, acima de tudo, a experiência nos jornais argelinos e principalmente no *Combat* são fundamentais para se entender o autor. Sua preocupação parece ser com o futuro da humanidade em face de sua condição — e ao que parece — derradeira. Ao invés de recorrer aos partidos e às ideologias, busca uma via alternativa cuja principal característica é apostar na moralidade humana. Ao seu ver, essa, pode-se afirmar, possui potencial de luz para a escuridão que as décadas de 1930 e 1940 haviam significado. Isso, por seu turno, remete à experiência da Resistência francesa à invasão alemã: um grupo ínfimo de cidadãos franceses sem recursos que, malgrado heterogêneos, uniram-se em nome do bem comum e cujo companheirismo e reconhecimento seguiu após a liberação da capital.

Não é possível dizer que, em “Nem vítimas, nem carrascos”, consta um anúncio favorável ao socialismo — longe disso —; todavia, ao cabo, simboliza um desgaste crescente do liberalismo, do comunismo e do socialismo como doutrinas e como caminhos

políticos capazes de fazer a humanidade superar os problemas que ela mesma lhe gerara. Em alto grau, trata-se da proposição de uma alternativa moral destinada a um mundo cuja virtude, aos olhos do autor, encontrava-se em estágio avançado de desaparecimento. Tese a qual se encontra epitomada pelas últimas linhas do artigo final da série, em que o escritor declara ter sempre pensado que “se o homem que tinha esperança na condição humana era louco, aquele que se desesperava com os acontecimentos era um covarde”, portanto, “doravante a única honra será manter obstinadamente a aposta formidável a qual decidirá, enfim, se as palavras são mais fortes do que as balas” (Camus, 2007i, p. 275-276).

Referências

- ARONSON, R. Albert Camus. In: Zalta, E.; Nodelman, U. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford, 2011. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/camus/>. Acesso em 23 dez. 2023.
- CAMUS, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007a.
- CAMUS, A. The Century of Fear. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007b. p. 257-260.
- CAMUS, A. Saving bodies. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007c. p. 260-261.
- CAMUS, A. Socialism Mystified. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007d. p. 262-264.
- CAMUS, A. The Revolution Travestied. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007e. p. 264-266.
- CAMUS, A. International Democracy and Dictatorship In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007f. p. 266-268.
- CAMUS, A. The World Moves Quickly. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007g. p. 268-270.
- CAMUS, A. A New Social Contract. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007h. p. 270-273.
- CAMUS, A. Toward Dialogue. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007i. p. 274-276.
- CAMUS, A. **Neither Victims nor Executioners: An Ethic Superior to Murder**. Eugene: Wipf & Stock, 2008.
- CAMUS, A. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- CAMUS, A. A crise do homem. In: Camus, A. **Conferências e discursos: 1937-1958**. Rio de Janeiro: Record, 2023.

DOSSE, F. **A saga dos intelectuais franceses 1949-1989 (volume I): À prova da história, 1944-1968**. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

GONZÁLEZ, H. **Albert Camus: a libertinagem do sol**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, T. **O peso da responsabilidade: Blum, Camus, Aron e o século XX francês**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LÉVI-VALENSI, J. Chapter 3: November 19-30, 1946 “Neither Victims nor Executioners”. In: Camus, A. **Camus at Combat**. Princeton: Princeton, 2007.

LOTTMAN, H. **A Rive Gauche: escritores, artistas e políticos em Paris (1934-1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

LOTTMAN, H. **Albert Camus**. Madrid: Taurus, 1994.

MEAGHER, R. **Albert Camus and the human crisis**. Nova York: Pegasus Books, 2021.

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PRICE, R. **História concisa da França**. São Paulo: Edipro, 2016.

RÜDIGER, F. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética, Itália e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017.

RÜDIGER, F. O pensamento jornalístico de Albert Camus: crepúsculo do liberalismo tardio europeu. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 28-44, jan./jun. 2023. DOI: 10.26664/issn.2238-5126.121202313897.

WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TODD, O. **Albert Camus, uma vida**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: A. F. Simões Pires

Coleta de dados: A. F. Simões Pires

Análise de dados: A. F. Simões Pires

Discussão dos resultados: A. F. Simões Pires

Revisão e aprovação: A. F. Simões Pires

ORIGEM DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada durante o curso de doutorado do autor, porém não compõe a sua tese.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi financiada através da bolsa de doutorado da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através do processo 88887.819317/2023-00,

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

A pesquisa não possui dados. O artigo não contém dados coletados ou obtidos por meio de análises a partir de fontes primárias (exemplos: artigo teórico, ensaio reflexivo e resenha).

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daiane Bertasso Ribeiro
Flávia Garcia Guidotti
Rogério Christofolletti

HISTÓRICO

Recebido em: 10-10-2024
Aprovado em: 30-04-2025
Publicado em: 22-06-2026